



POSIÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA NOS MANIFESTOS DE CAMPANHA DE DEMOCRATAS E REPUBLICANOS NO PÓS-GUERRA FRIA¹

DEMOCRATS AND REPUBLICANS FOREIGN POLICY POSITIONS IN CAMPAIGN MANIFESTOS IN THE POST-COLD WAR

Flávio Contrera*

Resumo: No início dos anos 1990, democratas e republicanos lutavam para definir uma nova visão de mundo e diferenciá-la da visão do outro partido. Baseado na percepção de que a política externa é um espaço de competição entre os partidos, este artigo tem por objetivo mensurar os posicionamentos ideológicos dos partidos estadunidenses em assuntos de política externa nas eleições presidenciais disputadas no Pós-Guerra Fria. Os resultados demonstram que o Partido Democrata apresentou posições mais liberais em política externa do que o Partido Republicano em todas as seis eleições. Ademais, verificou-se que os partidos empregaram estratégias de posicionamento centrípetas e centrífugas, cada qual em três eleições. Tendo em vista superar as limitações da aplicação do método padrão do Manifesto Project para posicionar os partidos ideologicamente na política externa, apresentamos meios de aprimorá-lo, a partir da criação e reinterpretação de categorias já existentes em seu quadro analítico.

Palavras-Chave: Estados Unidos; Democratas; Republicanos; Política Externa; Pós-Guerra Fria.

Abstract: In the beginning of the 1990's, democrats and republicans were struggling to define their new worldview and to differentiate its view from that of the other party. Having as the starting point the assumption that foreign policy is designed as a space for parties' competition, this article has as its main goal to measure the ideological positions of the American parties on foreign policy issues in the presidential elections contested in the post-Cold War. The results show that the Democratic Party had more liberal positions on foreign policy than the Republican Party in all the six elections. Furthermore, it was found that the parties employed centripetal and centrifugal positioning strategies, each in three elections. In order to overcome the limitations of the standard method of the Manifesto Project to position parties ideologically on foreign policy, we present ways to improve it through the creation and reinterpretation of existing categories in its analytical framework.

Keywords: United States; Democrats; Republicans; Foreign Policy; Post-Cold War.

1. Introdução

Pensar a agenda de política externa dos Estados Unidos através de seus partidos políticos pressupõe reconhecer que esses atores não são recipientes vazios preocupados unicamente com a busca e a manutenção do poder². Nesse sentido, assim como Aldrich (2011), entendemos que os

* Mestre e Doutorando em Ciência Política pela UFSCar. Bacharel em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara. Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Análise de Política Externa, nos seguintes temas: Política Externa dos Estados Unidos, Relações Estados Unidos-América Latina, Partidos Políticos e Eleições (flavio.contrera@gmail.com).

¹ Este artigo é parte da pesquisa "Política Externa Americana no Pós-Guerra Fria: o que pensam democratas e republicanos?", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Downs (1999) entende que o político nunca busca o poder como um meio de executar políticas públicas específicas, já que seu único objetivo é colher as recompensas de ocupar um cargo público. Em sua visão, as ideologias seriam apenas um meio de os políticos chegarem ao poder. Epstein (2000), por sua vez, avalia que os partidos Democrata e Republicano quase nunca são considerados como formuladores de políticas e, na verdade, têm sido muitas vezes criticados por não terem políticas, exceto *ad hoc*. Essa crítica, para o autor, tem sido parte integrante de um amplo

políticos dispõem de preferências e valores e lutam por questões políticas, sendo a obtenção de cargos apenas um de seus muitos objetivos. Isto é, quando eleitos, os políticos propõem alternativas, moldam a agenda, aprovam ou rejeitam legislações e implementam o que eles sancionam, tornando fortemente partidário o processo de formulação e execução de políticas. Além disso, pensar a agenda de política externa americana nesses termos pressupõe a superação da percepção de que as disputas políticas se circunscrevem à política interna. De fato, por muito tempo houve consenso em relação à política externa, a qual era caracterizada pelo suporte político das maiorias de republicanos e de democratas que conduziam o Congresso à unidade em assuntos externos (CRABB, 1957). Do ponto de vista das relações entre Executivo e Legislativo, dava também sustentação à explicação do consenso bipartidário em política externa a tese dos dois presidentes (WILDAVSKY, 1969), que postulava a existência de um presidente imperante na condução da política exterior em oposição a outro fortemente constrangido por um Congresso poderoso na política doméstica. Somado a essas explicações, argumentava-se que o baixo interesse do eleitorado pelos temas externos também colaborava para a predominância do consenso bipartidário (HOLSTI, 1992), na medida em que o conseqüente desinteresse dos legisladores por essas temáticas facilitava o consenso.

Todavia, o consenso bipartidário em questões de política externa começou a ruir a partir da Guerra do Vietnã, cuja repercussão negativa gerou um ponto de inflexão nos posicionamentos dos partidos. Esse momento também é apontado pela literatura como um marco para o fortalecimento dos canais de participação direta do Congresso na condução de sua política exterior (MEERNIK, 1993; LINDSAY, 1994). O colapso da União Soviética no final da década de oitenta culminou no término da Guerra Fria e na ascensão dos Estados Unidos ao status de única superpotência, colocando novos desafios para a sua política exterior. Na ausência de uma ameaça considerada vital, os Estados Unidos encontraram grandes dificuldades para formular sua agenda de política externa e promover seus interesses nacionais (HUNTINGTON, 1997; NYE, 1999; RICE, 2000). Isso porque, no período Pós-Guerra Fria, novas questões como conflitos étnicos, degradação ambiental, terrorismo e criminalidade transnacional ganharam importância em sua agenda de assuntos internacionais.

Com efeito, o contexto pós-bipolaridade é marcado por um longo período de transição no sistema, caracterizado tanto pela mudança quanto pela continuidade na condução da política externa norte-americana. Em termos de continuidade, Pecequillo (2003) destaca a manutenção das estruturas básicas da ordem política, econômica e de segurança criadas pelos EUA no pós-1945, que teriam fornecido um arcabouço relativamente estável para a administração do sistema e o relacionamento entre as nações. Por outro lado, no campo da mudança, a autora aponta o desencadeamento, aprofundamento e aceleração de algumas tendências, como a interdependência

ataque contra os partidos americanos, entendidos como não programáticos e desorganizados.

e a globalização e, mais especificamente, o reordenamento das posições relativas dos Estados. Entretanto, a despeito de sua posição como única superpotência restante, os EUA questionavam-se, no início dos anos noventa, sobre os novos rumos de sua política externa, revelando inúmeras indagações a respeito de sua real vontade e capacidade de continuar liderando o sistema. Para a autora, parecia evidente que o aspecto mais marcante deste período de transição era a falta de clareza dos estadunidenses em relação aos seus objetivos internacionais. Conforme aponta Ornstein (1992) esta indefinição na política externa atingiu também os partidos políticos, os quais nas primeiras eleições presidenciais após o fim da Guerra Fria estavam lutando para definir uma nova visão de mundo e diferenciar sua posição da posição do outro partido.

Quando disputam eleições, os partidos se deparam com forças centrípetas e centrífugas. As primeiras dizem respeito à maioria da opinião pública, que é moderada em suas posições e cuja adesão massiva é necessária para um partido conseguir vencer a eleição. De acordo com Downs (1999), em um sistema bipartidário, os partidos se moveriam em direção a esses eleitores, tornando suas posições ambíguas e moderadas. Já as segundas dizem respeito aos militantes do partido, os quais sustentam posições ideológicas. Segundo Aldrich (2011), o papel destes é o de tentar constranger os líderes do partido e seus candidatos ambiciosos, além de tentar transformar o partido no governo ao apelar para o eleitorado. Por serem movidos por políticas, os militantes no partido fornecem um peso de compensação em relação ao eleitorado centrista. Na medida em que os incumbentes devem continuamente buscar a reeleição, também devem revelar posições políticas no governo que reflitam aquelas ao longo das linhas de clivagem de seu partido. O resultado é que políticos buscando eleger-se encaram duas pressões concorrentes: a centrípeta, que é proveniente da busca de votos entre os eleitores mais moderados e a centrífuga, que emana dos militantes dos partidos e constrange os candidatos a defenderem posições políticas.

Diante das mudanças no contexto externo ocasionadas pelo fim da Guerra Fria, as quais permitiram aos partidos redefinirem suas visões de política externa e tornarem esse um espaço de competição partidária, de que modo Democratas e Republicanos vêm se posicionando em relação aos assuntos de política externa no Pós-Guerra Fria? Para responder a essa questão, definimos como o objetivo principal deste estudo mensurar os posicionamentos ideológicos dos partidos estadunidenses em assuntos de política externa em cada uma das seis eleições presidenciais disputadas no Pós-Guerra Fria. Os resultados demonstram que o Partido Democrata apresentou posições mais liberais em política externa do que o Partido Republicano em todas as eleições realizadas no período. Ademais, verificou-se que os partidos empregaram estratégias de posicionamento centrípetas e centrífugas, cada um em três eleições. Tendo em vista superar as limitações da aplicação do método padrão do Manifesto Project para posicionar os partidos ideologicamente em uma escala esquerda-direita exclusiva da política externa, apresentamos meios de aprimorá-lo a partir da criação e reinterpretção no, contexto da política externa, de categorias já existentes em seu quadro analítico.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, apresentamos, na segunda seção, o método padrão do Manifesto Project, o qual é utilizado para mensurar o posicionamento dos partidos políticos na escala esquerda-direita. Na terceira seção, aplicamos o referido método para mensurar a posição dos partidos estadunidenses especificamente na política externa nas eleições realizadas entre 1992 e 2012. Na quarta seção, discutimos as limitações dessa abordagem metodológica e sugerimos meios de elas serem superadas. Por fim, na quinta seção, sintetizamos as conclusões do estudo e sinalizamos as possibilidades de agendas de pesquisa futuras.

2. O método padrão do Manifesto Project

A interpretação downsiana da competição partidária despertou reações diversas na comunidade acadêmica e até hoje continua a influenciar o desenvolvimento de muitos estudos. Essa influência encontra-se presente também nas motivações iniciais que culminaram com a criação do *Manifesto Research Group* (MRG), em 1979, hoje mais conhecido como *Manifesto Project*. Interessados em descobrir, principalmente: i) quais questões políticas dividiam os partidos do Pós-Guerra e ii) se elas eram divergentes ou convergentes em termos políticos e ideológicos, os cientistas políticos agrupados em torno do *Manifesto Project* puderam testar empiricamente a hipótese de Downs de que, em sistemas bipartidários, os partidos convergiam suas propostas na posição do eleitor mediano. É sobre a formação desse grupo de pesquisa e seu método analítico que nos debruçamos agora.

Andrea Volkens e Hans-Dieter Klingemann são dois dos principais pesquisadores do *Manifesto Project*. Em conjunto com Judith Bara, Ian Budge e Michael McDonald sistematizaram o arcabouço teórico e metodológico do esquema analítico de seu grupo de pesquisa no livro *Mapping Policy Preferences* (2006). O método do Manifesto Project permite que os pesquisadores realizem três tipos de estudos: a) comparação de mudanças em posições políticas ou ênfases ao longo do tempo dentro de partidos específicos; b) comparação das diferenças de posições políticas ou ênfases em todos os partidos; e c) comparação de diferenças entre os países estudados. Os dados básicos que apoiam tais comparações são as proporções de programas eleitorais dedicados a cada categoria disposta no quadro analítico do Manifesto Project.

Uma vez escolhido(s) o(s) país(es) que compõe(m) suas análises, os pesquisadores interessados em utilizar o método padrão do *Manifesto Project* devem realizar um recorte temporal e identificar os manifestos dos partidos que desejam pesquisar. Em seguida, os manifestos selecionados passam por um processo de codificação, que consiste em identificar quase-sentenças e as classificar em apenas uma das 56 que integram o método de análise do *Manifesto Project*. Essas 56 categorias estão divididas em sete grandes domínios, os quais podem ser entendidos como grandes áreas temáticas de políticas. O Quadro 1 sintetiza cada um destes domínios e suas categorias correspondentes.

Quadro 1 – Domínios e categorias do método padrão do *Manifesto Project*

Domínio	Categoria
1 - Relações exteriores	101 - Relações externas especiais: Positivo 102 - Relações externas especiais: Negativo 103 - Anti-imperialismo: Anticolonialíssimo 104 - Fortalecimento militar: Positivo 105 - Fortalecimento militar: Negativo 106 - Paz: Positivo 107 - Internacionalismo: Positivo 108 - Integração europeia: Positivo 109 - Internacionalismo: Negativo 110 - Integração europeia: Negativo
2 - Liberdade e democracia	201 - Liberdade e direitos humanos: Positivo 202 - Democracia: Positivo 203 - Constitucionalismo: Positivo 204 - Constitucionalismo: Negativo
3 - Sistema político	301 - Descentralização: Positivo 302 - Centralização: Positivo 303 - Eficácia administrativa e governamental: Positiva 304 - Corrupção política: Negativa 305 - Autoridade política: Positiva
4 – Economia	401 - Livre iniciativa: Positivo 402 - Incentivos: Positivo 403 - Regulação de mercado: Positivo 404 - Planejamento Econômico: Positivo 405 - Corporativismo: Positivo 406 - Protecionismo: Positivo 407 - Protecionismo: Negativo 408 - Objetivos Econômicos 409 - Gerenciamento Keynesiano da demanda: Positivo 410 - Produtividade: Positivo 411 - Tecnologia e infraestrutura: Positivo 412 - Economia controlada: Positivo 413 - Nacionalização: Positivo 414 - Ortodoxia econômica: Positivo 415 - Análises marxistas: Positivo 416 - Controle do crescimento: Positivo
5 - Bem-estar e qualidade de vida	501 - Proteção ambiental: Positivo 502 - Cultura: Positivo 503 - Justiça social: Positivo 504 - Expansão do estado de bem-estar: Positivo 505 - Limitação do estado de bem-estar: Positivo 506 - Expansão da educação: Positivo 507 - Limitação da educação: Positivo
6 - Princípios da sociedade	601 - Modo de vida nacional: Positivo 602 - Modo de vida nacional: Negativo 603 - Moralidade tradicional: Positivo 604 - Moralidade tradicional: Negativo 605 - Lei e ordem: Positivo 606 - Harmonia social: Positivo 607 - Multiculturalismo: Positivo 608 - Multiculturalismo: Negativo
7 - Grupos sociais	701 - Classes trabalhadoras: Positivo 702 - Classes trabalhadoras: Negativo 703 - Agricultura, agricultores: Positivo 704 - Grupos Profissionais e classe média: Positivo 705 - Grupos minoritários desprivilegiados: Positivo 706 - Grupos demográficos não-econômicos: Positivo

Fonte: KLINGEMANN *et al.* (2006).

A codificação, entretanto, não é um processo tão simples e, por vezes, envolve a superação de alguns obstáculos. Por exemplo, quando nenhuma das categorias do quadro se aplicar a uma dada quase-sentença esta deve ser tratada como não codificável (000). Em casos em que as quase-sentenças não codificáveis apresentem um viés específico do país estudado podem ser criadas subcategorias, as quais tem de ser incluídas dentro das 56 categorias do modelo padrão. Outro problema que pode surgir é a quase-sentença conter argumentos que a permita ser classificada em mais de uma categoria. Neste caso, o codificador deve decidir qual é a preocupação mais importante do argumento e classificar a quase-sentença em apenas uma categoria. Quando ainda assim algumas sentenças parecerem obscuras, o pesquisador deve levar em conta o contexto em que elas se inserem e também as frases seguintes, pois nelas o argumento anterior pode estar mais bem explicitado.

Após a classificação de cada uma das quase-sentenças em alguma das cinquenta e seis categorias, verifica-se quais foram as mais frequentes. Uma vez que a métrica dos programas partidários varia consideravelmente, são calculadas as porcentagens que cada categoria representa em relação ao número total de sentenças em um programa. As porcentagens de cada categoria, como "proteção ambiental" ou "eficácia governamental" podem ser interpretadas como a importância desta questão para o respectivo partido. Neste ponto da análise já é possível ao pesquisador interessado na competição eleitoral visualizar quais questões são priorizadas por cada um dos partidos em disputa. Contudo, o método padrão do Manifesto Project vai além deste aspecto, possibilitando ao pesquisador posicionar o partido em uma escala esquerda-direita.

A construção desta escala envolve apenas vinte e seis das cinquenta e seis categorias do Manifesto Project. Treze categorias são consideradas de esquerda (103, 105, 106, 107, 202, 403, 404, 406, 412, 413, 504, 506, 701) e outras treze categorias são consideradas de direita (104, 201, 203, 305, 401, 402, 407, 414, 505, 601, 603, 605, 606). A escala varia de -100 a +100, sendo esses pontos considerados como os extremos de esquerda e direita, respectivamente. Para calcular o posicionamento dos partidos na escala, é necessário subtrair a soma das porcentagens de esquerda da soma das porcentagens de direita.

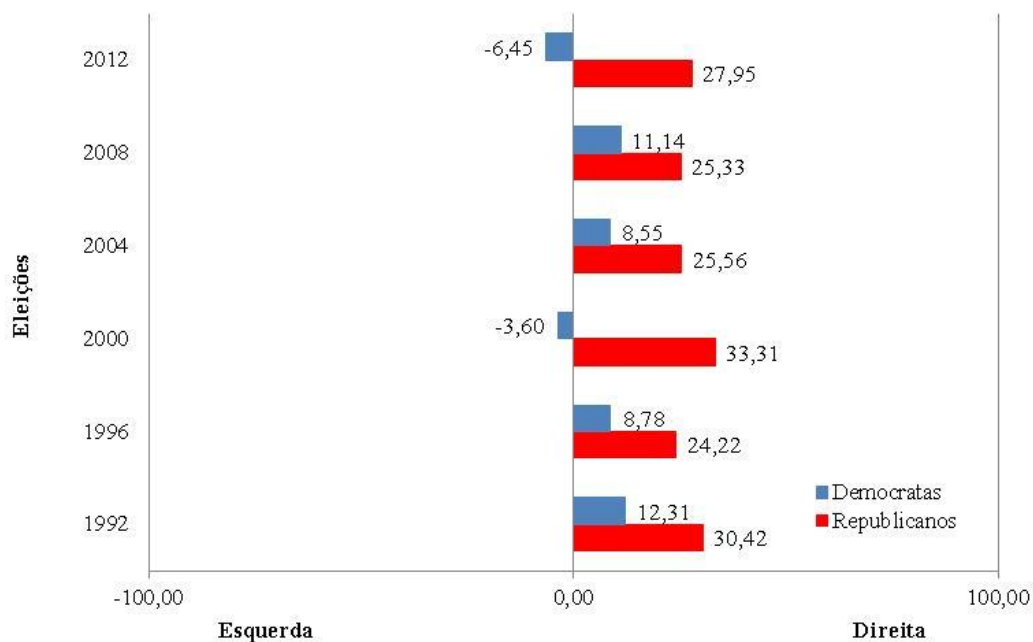
Não são dadas explicações detalhadas do porquê de as vinte e seis categorias citadas acima terem sido escolhidas entre as cinquenta e seis totais. Sobre o fato de elas pertencerem ao domínio da esquerda ou da direita uma justificativa é ensaiada: os autores argumentam que as categorias de esquerda encontram fundamento teórico nos escritos marxistas, que enfatizam a intervenção estatal na economia e o bem-estar social, juntamente com a ideia leninista de que a internacionalização do capitalismo por meio da expansão colonial das potências imperialistas levaria ao conflito e à guerra – por isso a paz é entendida como uma categoria de esquerda.

Em relação à construção das categorias tidas como de direita, os autores admitem ter dificuldade de definir uma fonte teórica específica. Apesar disso, afirmam que o encadeamento entre segurança, livre-comércio e moralidade tradicional passou a ser discutido a partir dos

escritos e discursos teóricos de Burke (1790). Salientam também que investigações anteriores ao Manifesto Project em documentos dos partidos atestaram a associação destes temas como pertencentes a seus respectivos espectros de esquerda ou de direita (KLINGEMANN *et al.*, 2006).

O Gráfico 1 apresenta o posicionamento dos partidos nessa escala nas eleições realizadas entre 1992 e 2012. Como podemos observar, as posições dos partidos não são muito extremadas, tendo sido mais polarizadas em 2000 e 2012. Estas duas eleições foram as únicas, aliás, em que um dos partidos, o Democrata, ficou à esquerda. Em todas as demais eleições ambos os partidos se posicionaram à direita. Sendo assim, considerados todos os domínios políticos na escala esquerda-direita podemos afirmar que a estratégia de posicionamento mais utilizadas pelos partidos foi a centrípeta nas eleições conduzidas após o fim da Guerra Fria.

Gráfico 1 – Posição dos partidos estadunidenses na escala esquerda-direita do Manifesto Project nas eleições presidenciais realizadas entre 1992 e 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do *Manifesto Project*.

Na próxima seção verificamos a ênfase dada às relações exteriores em comparação com os outros domínios do *Manifesto Project*, bem como a ênfase que cada um dos partidos deu às categorias pertencentes ao domínio relações exteriores nas eleições presidenciais realizadas no Pós-Guerra Fria.

3. A política externa nas eleições presidenciais no pós-Guerra Fria

Nas eleições, os partidos podem se posicionar sobre o cenário internacional através de suas plataformas de campanha e das opiniões emitidas pelos candidatos durante os debates presidenciais. Longe de ser decisivo para a escolha do eleitor, o tema da política externa, por outro lado, não pode ser considerado irrelevante. Segundo Ornstein (1992), apesar de as questões de

política externa raramente serem o foco de eleições presidenciais, dificilmente elas estariam ausentes. Em tempos de conflitos com atores externos, a política internacional costuma ganhar um grande espaço nos debates e manifestos presidenciais estadunidenses.

Entre 1992 e 2012 ocorreram seis eleições presidenciais. Ano da primeira eleição após o fim da Guerra Fria, 1992 marca também a primeira vitória do Partido Democrata desde 1976. Até 2012 foram quatro vitórias de candidatos Democratas (Clinton em 1992 e 1996 e Obama em 2008 e 2012) e duas de candidatos Republicanos (Bush em 2002 e 2006). Nas duas eleições vencidas por Clinton, o candidato independente Ross Perot obteve votações populares expressivas, embora não tenha conquistado cadeiras para o colégio eleitoral. Em 2000, o democrata Al Gore venceu no voto popular, mas perdeu no colégio eleitoral.

Ainda que possamos afirmar que o tema da política externa esteve na pauta de todas as eleições disputadas entre 1992 e 2012 e que em algumas delas foi mais debatido do que outros temas, existe uma dificuldade de se mensurar empiricamente o tamanho a importância dessa temática para os partidos em cada certame. Há uma infinidade de possibilidades para obtenção de dados nesse sentido, que vão desde coberturas da imprensa à agenda de política externa dos candidatos, passando pelos debates entre eles, entrevistas concedidas, além, é claro, do programa de governo de cada partido. Tendo em vista que este último é publicado periodicamente em cada eleição por ambos os partidos e que se trata de uma visão dos mesmos sobre os vários temas que compõem a agenda de políticas dos EUA, optamos por mensurar a importância da referida temática através dessa base de dados. Os manifestos de campanha representam um retrato mais fiel dos posicionamentos partidários porque na arena eleitoral não há constrangimentos institucionais capazes de modificá-los em sua essência, como ocorre no Executivo e no Legislativo, onde a composição de forças que determina se o partido terá ou não controle do governo influencia decisivamente suas posições. Acrescente-se a isso o fato de existir uma metodologia específica desenvolvida pelo Manifesto Project para a análise do conteúdo de programas partidários.

De acordo com os dados disponíveis no portal do Manifesto Project, “relações exteriores” foi, entre os sete domínios temáticos do seu esquema de classificação de sentenças nas plataformas, o que recebeu maior ênfase entre os Republicanos nas eleições de 2000 e 2004 e entre os Democratas nas eleições 2008 e 2012. O mesmo não pode ser afirmado em relação às eleições de 1992 e 1996, quando o tema despertou atenção mediana entre as propostas de campanha dos partidos. Os dados completos do período estudado seguem na tabela 1.

Esses dados, em conjunto, demonstram que a política externa está presente na agenda de campanha presidencial e que recebeu mais atenção em um período marcado pela existência de uma ameaça importante à segurança dos Estados Unidos e de seus aliados, isto é, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Tabela 1 – Classificação de sentenças em domínios temáticos nas plataformas de campanha presidenciais estadunidenses no período 1992-2012

Domínios	Eleições		1992		1996		2000		2004		2008		2012	
	D	R	D	R	D	R	D	R	D	R	D	R	D	R
Relações Exteriores	14,9	14	7,7	15,4	14,1	24,3	21,7	25,1	22,4	17,3	21,9	13,7		
Liberdade e Democracia	7,2	2,85	2,7	3,5	4,5	6,6	7,6	3,7	6,2	2,8	7,5	11,4		
Sistema Político	12,3	24,9	16,5	18,9	13,8	18,7	12	6,7	13,8	12,7	8,5	14		
Economia	19,8	24,4	11,1	18,5	11,9	15	11,3	21,8	15,4	18,9	21,9	22,8		
Bem-estar e qualidade de vida	17,2	8	25,6	14,9	31,3	12	21,9	14,9	14,5	8,9	17,4	13,7		
Princípios da Sociedade	20,3	18,1	25,9	19,7	13,9	17,5	16,8	21,8	16,1	21	11,8	15,9		
Grupos Sociais	7,9	7,4	10,2	8,7	10,1	5,5	8,4	5,8	11,3	17,9	10,7	8,2		

Fonte: Manifesto Project Database. Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>

Para avaliar precisamente quais temáticas de política externa receberam maior atenção dos partidos no período estudado, consultamos na base de dados do Manifesto Project a frequência de aparição de cada uma das categorias que compõe o domínio “relações exteriores”. Estas são: relações Exteriores especiais (positivo), relações Exteriores especiais (negativo), anti-imperialismo, Forças Armadas (positivo), Forças Armadas (negativo), paz, internacionalismo (positivo), União/Comunidade Europeia (positivo), internacionalismo (negativo), União/Comunidade Europeia (negativo). A descrição de cada uma delas segue no Quadro 2:

Quadro 2 – Categorias do domínio Relações Exteriores do método padrão do Manifesto Project

Código	Categoria	Descrição
101	Relações exteriores especiais (positivo)	Menções favoráveis a países com os quais o país mantém relações diplomáticas especiais; necessidade de cooperação e/ou ajuda a este país.
102	Relações exteriores especiais (negativo)	Menções negativas a países com os quais o país mantém relações diplomáticas especiais.
103	Anti-imperialismo	Referências negativas ao exercício de forte influência (política, militar ou comercial) sobre outros estados; referências negativas ao controle sobre outros países como se eles fossem parte de um império; menções favoráveis à descolonização; referências favoráveis a maior autogoverno e independência para colônias; referências negativas a comportamento imperial do próprio país ou de outros. Autodeterminação, não intervenção, equilíbrio no poder mundial, não alinhamento.
104	Forças Armadas (positivo)	Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das Forças Armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas Forças Armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares.
105	Forças Armadas (negativo)	Menções favoráveis à redução de gastos militares; desarmamento; males da guerra; promessas de reduzir o recrutamento ou poderes internos.
106	Paz	Paz como uma meta geral; declarações de crença na paz e em meios pacíficos de resolver crises; interesse em que o país entre em negociação com países hostis.

Continua

Código	Categoria	Descrição
107	Internacionalismo (positivo)	Necessidade de cooperação internacional, de ajuda a países em desenvolvimento, de planejamento mundial de recursos e de cortes internacionais; apoio a qualquer objetivo internacional ou estado mundial; apoio à ONU; uso de fóruns multilaterais para negociação com estados hostis.
108	União/Comunidade Europeia (positivo)	Menções favoráveis a União/Comunidade Europeia em geral. Pode incluir: desejabilidade do país tornar-se ou permanecer como membro, oportunidade de expandir a União/Comunidade Europeia, oportunidade de aumentar as competências da União/Comunidade Europeia, oportunidade de ampliar as competências do parlamento europeu.
109	Internacionalismo (negativo)	Menções favoráveis à independência nacional e soberania como oposta ao internacionalismo. Inclui referências à defesa dos interesses nacionais frente a outros países e organizações; inclui uso do unilateralismo e da intervenção militar.
110	União/Comunidade Europeia (negativo)	Referências negativas a União/Comunidade Europeia. Pode incluir: oposição a políticas europeias específicas que são preferidas pelas autoridades europeias; oposição à contribuição líquida do país para o orçamento da UE.

Fonte: Manifesto Project Database. Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>

A análise dos manifestos de campanha presidenciais dos partidos Democrata e Republicano publicados nas seis eleições disputadas após o fim da Guerra Fria revelam prioridades similares. Na maior parte do período estudado, ambos os partidos emitiram mais posições relacionadas à defesa do internacionalismo. A este respeito, os democratas em cinco das seis oportunidades enfatizaram mais esse assunto do que os republicanos. Posicionamentos positivos em relação às Forças Armadas foram priorizados uma vez por cada partido: republicanos em 2000 e democratas em 2004. Em quatro oportunidades os republicanos defenderam mais posições dessa natureza do que os democratas. Já em relação a posições negativas sobre Forças Armadas a relação é inversa, isto é, por quatro vezes os democratas deram mais ênfase a esta questão do que os republicanos. Em cinco oportunidades os republicanos enfatizaram mais do que os democratas a temática “Relações exteriores especiais: negativa”. A mesma tendência é verificada na versão positiva desta categoria, desta vez com os republicanos abordando mais o tema que os democratas em quatro oportunidades, sendo que em uma delas o tema foi o mais abordado entre todos no manifesto do partido. No que diz respeito ao tema “paz”, cada partido enfatizou mais o assunto do que o adversário em três oportunidades. Por fim, as categorias “anti-imperialismo” e “União/Comunidade Europeia”, tanto positivas quanto negativas, tiveram baixas frequências de aparição nos manifestos de ambos os partidos e não despertam conclusões relevantes. As tabelas 2 e 3 trazem a frequência de todas as categorias do domínio “relações exteriores”.

Tabela 2 – Frequência das categorias do domínio “relações exteriores” nos manifestos do Partido Republicano nas eleições realizadas entre 1992 e 2012

Categoria	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Relações exteriores especiais (positivo)	22,4	0	22,17	36,61	8,62	3,23
Relações exteriores especiais (negativo)	1,56	0	17,35	10,07	1,15	1,38
Anti-imperialismo	0	0	0	0	0,57	0
Forças Armadas (positivo)	16,67	35,32	30,36	22,65	29,89	62,21
Forças Armadas (negativo)	9,9	0	4,58	1,37	1,15	3,23
Paz	8,85	0,5	4,58	11,44	5,17	5,07
Internacionalismo (positivo)	38,02	56,22	14,94	16,25	35,06	15,21
União/Comunidade Europeia (positivo)	0	0	0,72	0	1,15	0
Internacionalismo (negativo)	2,08	7,96	5,06	1,6	16,67	9,22
União/Comunidade Europeia (negativo)	0,52	0	0,24	0	0,57	0,46

Fonte: Manifesto Project Database. Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>

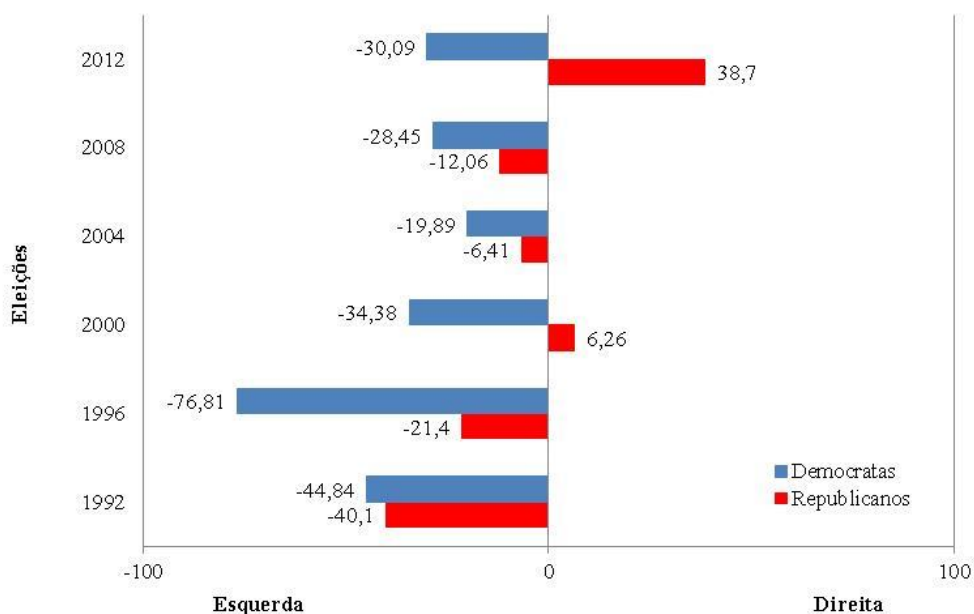
Tabela 3 – Frequência das categorias do domínio “relações exteriores” nos manifestos do Partido Democrata nas eleições realizadas entre 1992 e 2012

Categoria	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Relações exteriores especiais (positivo)	10,34	7,25	16,87	19,37	10,57	2,77
Relações exteriores especiais (negativo)	0	0	6,25	2,09	0	0,69
Anti-imperialismo	0	2,9	0	0	0	1,73
Forças Armadas (positivo)	22,41	7,25	21,25	28,8	28,46	33,22
Forças Armadas (negativo)	3,45	21,74	11,88	16,23	0	11,76
Paz	6,9	7,25	15	8,9	7,32	3,11
Internacionalismo (positivo)	56,9	52,17	28,75	23,56	49,59	46,71
União/Comunidade Europeia (positivo)	0	0	0	0,52	2,03	0
Internacionalismo (negativo)	0	1,45	0	0,52	2,03	0
União/Comunidade Europeia (negativo)	0	0	0	0	0	0

Fonte: Manifesto Project Database. Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>

Além de verificar as ênfases dadas pelos partidos em cada categoria do domínio “relações exteriores”, aplicamos o critério de posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita para verificar como os partidos se posicionaram ideologicamente na política externa. Recordamos nesse ponto que apenas cinco categorias do domínio “relações exteriores” fazem parte da escala esquerda-direita. Nesse caso, da frequência da categoria “Forças Armadas (positivo)” foi subtraída a soma da frequência das categorias “anti-imperialismo”, “Forças Armadas (negativo)”, “paz” e “internacionalismo (positivo)”. O resultado desta análise pode ser visualizado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Posição dos partidos estadunidenses na escala esquerda-direita da política exterior nas eleições presidenciais realizadas entre 1992 e 2012



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Manifesto Project.

Diferentemente da escala esquerda-direita completa do método padrão que envolve categorias de todos os domínios, a escala esquerda-direita exclusiva do domínio “relações exteriores” apresenta os partidos posicionados à esquerda em quase todas as eleições. Exceções mais uma vez aos pleitos de 2000 e 2012, que tiveram o Partido Republicano posicionado à direita. Em todas as eleições os Democratas estiveram posicionados à esquerda do Partido Republicano. Os partidos se posicionaram de forma menos polarizada (distância de 4,74 pontos percentuais) justamente em 1992, na primeira eleição após a dissolução da União Soviética e, de forma mais polarizada (distância de 68,79 pontos percentuais) na eleição de 2012. Podemos considerar que os partidos empregaram uma estratégia centrípeta em suas posições de política externa nos pleitos de 1992, 2004 e 2008 e uma estratégia centrífuga nas eleições de 1996, 2000 e 2012.

Essa distorção em relação à escala esquerda-direita completa ocorre porque a maioria das categorias do domínio de “política externa” é considerada de esquerda. Evidentemente, este não é o melhor critério para verificar a posição dos partidos na política externa. Sendo assim, na próxima seção discutimos como aprimorar o método do *Manifesto Project* para analisar as ênfases e as posições ideológicas dos partidos na política exterior.

4. Sugestões para posicionar os partidos estadunidenses na política externa através do Manifesto Project

O estudo de Dinas e Gemenis (2010) demonstrou que o método padrão do *Manifesto Project* posiciona os partidos gregos de maneira equivocada na escala esquerda-direita. No caso

dos partidos brasileiros, Tarouco e Madeira (2013), verificaram que as posições atribuídas a eles através desse método, divergem bastante das usualmente definidas pelos especialistas. Na opinião dos autores, esta divergência certamente se deve à inadequação e às especificidades brasileiras de algumas das categorias escolhidas para compor a escala.

Desse modo, é inegável que a aplicação do método do *Manifesto Project* deve ser ponderada e avaliada em torno do contexto político do país a que se aplica. Na medida em que a análise se concentra em partidos específicos ou apenas em um determinado país, acreditamos que a aplicação do método com adaptações não sofre prejuízos metodológicos. Todavia, entendemos que este critério não deve ser aplicado quando o pesquisador estiver comparando partidos de países diferentes, tendo em vista que comparações requerem uniformidade.

A primeira imprecisão da aplicação do *Manifesto Project* para o estudo dos partidos estadunidenses é conceitual. Diferentemente dos países europeus, a clivagem da política norte-americana é geralmente discutida em termos da disputa entre liberais e conservadores e não entre esquerda e direita. Configurações do tipo esquerda-direita e liberal-conservador são, nos termos de Sartori (1991), imagens espaciais, cuja propriedade é ordenar os objetos horizontalmente num espaço unidimensional. A origem da tradução espacial das percepções políticas em um plano esquerda-direita remonta à Revolução Francesa, especificamente à disposição das cadeiras na Assembleia. Conotações de valor, louvor e culpa relacionadas a essas palavras sofreram variações consideráveis desde então e, no todo, contrabalançaram-se. De acordo com o autor, a direita capitalizou a associação positiva com o significado jurídico da palavra (a expressão inglesa “ter um direito” [*having a right*] ou mesmo “estar certo” [*being right*]), mas sofreu com a associação inicial ao rei e à subsequente Restauração. De outro lado, a esquerda capitalizou a localização do coração à esquerda e a associação inicial da palavra com políticos republicanos, constitucionais, mas continuou sendo prejudicada pela inferioridade do uso da mão esquerda em relação ao uso da mão direita.

Todavia, Bobbio (1995) observa que a atribuição de juízo de valor positivo ou negativo, os quais conforme as circunstâncias se dá à direita ou à esquerda, é parte integrante da própria luta política, em que a metáfora espacial perdeu completamente o significado originário e representa apenas dois lugares não axiologicamente conotados. Assim, direita e esquerda representam uma determinada topologia, que nada tem a ver com a ontologia política, podendo designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. Apesar disso, há uma distinção fundamental entre uma e outra, que para o autor, refere-se ao diverso juízo positivo ou negativo sobre o ideal da igualdade. Os igualitários, embora não ignorem que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une, enquanto que os inigualitários, partindo do mesmo juízo de fato, apreciam e consideram mais importante para a boa convivência a diversidade. Os primeiros entendem que as desigualdades são sociais e, os segundos, que elas são naturais.

Soma-se à análise de Bobbio (1995), o conceito de liberdade, que pode ser considerado um bem individual. O ideal da liberdade encontra sua realização nos princípios e nas regras que estão nas bases dos governos democráticos. Já a radicalidade de projetos de transformação, sejam revolucionários ou contrarrevolucionários, tem em comum a convicção de que sua realização depende da instauração de regimes autoritários. Desse modo, a díade liberdade-autoridade, serve, por sua vez, para distinguir a ala moderada da ala extremista tanto na esquerda quanto na direita. Contudo, o papel do conceito de liberdade na distinção entre esquerda e direita vai um pouco além daquilo que foi formulado por Bobbio. Que a ideia de liberdade está presente nos dois lados do espectro parece incontroverso até mesmo para o autor, mas o que queremos efetivamente enfatizar é que esquerda e direita podem ser pensadas como formas distintas de se limitar liberdades também dentro do regime democrático. Enquanto a esquerda limita as liberdades econômicas, através da intervenção estatal na economia, ao constatar que ela está relacionada com a desigualdade, a direita sustenta um discurso restritivo às liberdades morais dos indivíduos, por entender que elas podem colocar em risco a tradição. Ao limitar certas liberdades, cada ideologia reforça seu ponto de vista em torno da ideia de igualdade.

A respeito da comparação da dimensão liberal-conservador³ com esquerda-direita, Sartori (1991) afirma que elas diferem fundamentalmente porque a segunda não pode ser totalmente depurada de conteúdo cognitivo-informativo, ao passo que a primeira consiste de comportamentos vazios que podem ser ocupados e reocupados, em princípio, à vontade. Um exemplo disso é que embora haja um impedimento semântico à associação de liberal com políticas stalinistas, tal impedimento não existe para esquerda. De fato, não cabe na dimensão liberal-conservador os extremismos de esquerda e de direita. Assim, liberais e conservadores podem ser vistos como alas moderadas de esquerda e de direita, respectivamente, cujos posicionamentos estão circunscritos aos princípios democráticos. Efetivamente, trata-se de uma dimensão menor (liberal-conservador) dentro de uma dimensão maior (esquerda-direita) no mesmo espaço de competição.

Radicais	Liberais	Moderados	Conservadores	Reacionários
Esquerda		Centro	Direita	

Figura 1 – Caracterização do espaço ideológico unidimensional

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da literatura discutida.

Do ponto de vista do estudo das personalidades dos defensores de cada ideologia, há uma aproximação analítica em relação às duas clivagens. Para Confrancesco (1975), “o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição, o homem de esquerda,

³ Na escala liberal-conservador, o liberalismo econômico é considerado um tema conservador, enquanto que intervenção estatal na economia é considerado um tema liberal. Logo, defender o liberalismo econômico significa o contrário de defender políticas consideradas “liberais” nesta escala.

ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer coisa, libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc”. Por sua vez, conservadores preferem coisas que são familiares, estáveis e previsíveis, ao passo que os liberais são mais abertos a experiências e mais inclinados a buscar mudanças, tanto pessoalmente quanto politicamente (GRAHAM; HAIDT; NOSEK, 2009).

A partir desta discussão, podemos compreender que a distinção entre esquerda e direita ou liberal e conservador pode ser feita através de diferentes concepções de igualdade, liberdade e conduta diante da mudança, que ordenam posicionamentos em questões envolvendo o tamanho e papel do governo, bem-estar social, direitos das minorias, valores tradicionais, entre outras, que nos ajudam a pensar como os partidos se posicionam. A escala esquerda-direita do Manifesto Project foi construída de modo a englobar tanto questões econômicas (diferentes concepções de igualdade) quanto não econômicas (diferentes concepções de liberdade). Entretanto, quando focalizamos apenas o domínio “relações exteriores” percebemos que as categorias lá dispostas pertencem majoritariamente à segunda clivagem. Talvez as únicas categorias que tenham alguma relação com a temática econômica sejam as relacionadas com a Integração Europeia.

Nesse sentido, o posicionamento dos partidos estadunidenses em política externa pode ser mais bem aferido se acrescentarmos categorias que focalizam questões econômicas, uma vez que esta temática é de extrema importância para qualquer país e, em particular, para os Estados Unidos. Prova disto é que assuntos como crescimento econômico e aumento das exportações norte-americanas, bem como crescimento de economias livre-mercado e abertura econômica internacional são temas frequentes nas estratégias de segurança nacional, planos estratégicos e nos próprios manifestos de campanha estadunidenses.

Tal como sabemos, já existem categorias pertencentes ao domínio Economia no método padrão do Manifesto Project. Sendo assim, ao invés de criarmos simplesmente novas categorias econômicas dentro do domínio “relações exteriores”, seria produtivo realizarmos um esforço para interpretar as categorias econômicas existentes à luz da política externa. Criadas para avaliar o posicionamento dos partidos europeus, as categorias negativa e positiva da Integração Europeia não fazem muito sentido quando aplicadas a outros cenários. Assim, sugerimos que, para o estudo do caso estadunidense, as categorias positiva e negativa da integração europeia sejam substituídas pelas categorias “integração econômica bilateral ou regional (positivo)” e “integração econômica bilateral ou regional (negativo)”. É importante recordarmos que durante a década de noventa do século passado, o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio) entrou em vigor e muito se discutiu nos EUA sobre a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Logo, a inclusão destas categorias é justificável.

As categorias referentes às visões positiva e negativa do protecionismo, existentes no domínio “economia”, certamente podem ser pensadas também sob o prisma da política externa, pois vão ao encontro das demandas estadunidenses pelo aumento das economias de livre mercado

e pela abertura econômica internacional. Contudo, devemos salientar que, embora na política doméstica os partidos sustentem diferentes visões a respeito do protecionismo, suspeitamos fortemente que, na política externa, esta seja uma questão consensual entre eles. Evidentemente, apenas a visão negativa de protecionismo seria sustentada pelos partidos na política externa, uma vez que políticas protecionistas prejudicam a concorrência dos produtos americanos no exterior. Sendo o crescimento econômico e o aumento das exportações objetivos constantemente propalados nos documentos estratégicos americanos, visões positivas de políticas protecionistas no exterior seriam contraditórias com essas metas.

Mesmo os assuntos não econômicos presentes nas categorias do Manifesto Project são passíveis de serem reinterpretados. Um exemplo disso é o par de categorias a respeito das relações especiais do país com outros países. Essas categorias não captam o emprego de estratégias de cooperação e conflito com outros países. Essa dimensão, caso acrescentada, seria de grande utilidade, pois também permite inferências a respeito do posicionamento dos partidos em uma escala liberal-conservador da política externa. De acordo com Baum e Nau (2012), a literatura oferece cada vez mais fortes evidências de que a ideologia da política interna influencia as atitudes das pessoas em relação a questões específicas de política externa. A partir de concepções de um internacionalismo combativo (uso da força, derrotar adversários) e de um internacionalismo cooperativo (desarmamento, apoio à ONU, ajuda externa), que se vinculam às ideologias conservadoras e liberais, respectivamente, os autores trabalham com quatro visões de mundo relacionadas à política externa: nacionalista, realista, conservadora internacionalista e liberal internacionalista.

Os nacionalistas apoiam independência, unilateralismo, forte aparato de defesa (incluindo mísseis), não intervenção no exterior e manutenção do poder. Já os realistas defendem alianças ativas, paz através do emprego da força, ordem mundial, estabilidade, prudência (coexistência com a tirania), relativismo moral e preservação do equilíbrio. Os conservadores internacionalistas, por sua vez, têm como preferências reduzir a tirania (e não apenas coexistir ou cooperar com ela), semear a liberdade (mudança de regime), usar a força de forma assertiva e antecipar ameaças militarmente. Por fim, os liberais internacionalistas apoiam reforçar a legitimidade das instituições (multilateralismo), os direitos humanos, o desarmamento, a luta contra a pobreza e a doença para prevenir o aparecimento de ameaças. Os nacionalistas, conservadores internacionalistas e parte dos realistas tendem a pensar sobre o papel dos Estados Unidos no mundo mais em termos de segurança e poder, enquanto liberais internacionalistas e alguns realistas privilegiam o multilateralismo e a diplomacia. Enquanto o primeiro grupo poderia motivar a criação da categoria “Relações com outros países (conflito)”, o segundo grupo poderia motivar a criação da categoria “Relações com outros países (cooperação)”, vinculadas a ideários conservadores e liberais, respectivamente.

Outro assunto que divide os americanos e poderia ser incluído como parte da análise da

posição dos partidos na política externa é a questão da imigração. Ela envolve clivagens econômicas e não econômicas. Do ponto de vista econômico opõem-se os argumentos daqueles que consideram que os imigrantes estariam sobrecarregando as fronteiras estadunidenses e seu mercado de trabalho (HUNTINGTON, 2005) e daqueles que defendem que a imigração é benéfica à econômica americana, pois ela complementa a mão de obra nativa, o que incide sobre o custo de bens e serviços (TELLES, 2006). Essa disputa de ideias poderia ser verificada por meio da criação de duas categorias excludentes “Imigração (positivo)” e “Imigração (negativo)”, as quais seriam dispostas, no espectro liberal e conservador, respectivamente.

A clivagem não econômica vinculada à imigração está ligada à assimilação cultural dos imigrantes. Em artigo que discute a erosão dos interesses nacionais americanos no Pós-Guerra Fria, o cientista político Samuel Huntington (1997), critica o governo Clinton por supostamente incentivar o multiculturalismo. Para o autor, no início dos anos noventa, os imigrantes estariam constituindo-se enquanto grupos que, apesar de radicados nos Estados Unidos, apoiavam os interesses de sua pátria de origem. Esse processo estaria sendo acompanhado de um aumento do culto ao multiculturalismo e à diversidade no governo Clinton, que na visão do autor, contribuiriam para a fragmentação da identidade nacional americana, na medida em que elas substituem os direitos individuais pelos direitos de grupos, definidos amplamente em termos de raça, origem étnica, gênero e preferência sexual. Conservadora, a argumentação de Huntington se aproxima mais das posições defendidas pelo partido Republicano. Na medida em que critica Clinton por promover um culto ao multiculturalismo, Huntington estabelece uma clivagem, que coloca conservadores (republicanos) de um lado e liberais (democratas) de outro. O método do Manifesto Project apresenta o multiculturalismo entre suas categorias. As categorias “multiculturalismo (positivo)” e “multiculturalismo (negativo)”, poderiam assim, também ser interpretadas no contexto da política externa.

Cobrindo posições a respeito das Forças Armadas, internacionalismo, integração econômica, protecionismo, natureza das relações externas com outros países, imigração e multiculturalismo o método do Manifesto Project poderia ser aprimorado para posicionar de modo mais preciso os partidos em uma escala ideológica exclusiva da política externa. De todo modo, cabe ressaltarmos que a aplicação do método padrão para posicionamento dos partidos na política externa não é equivocada, uma vez que em todas as eleições a posição do Partido Democrata foi considerada mais liberal do que a posição do Partido Republicano, assim como os especialistas e a opinião pública os posicionam.

5. Conclusões

A análise dos posicionamentos de Democratas e Republicanos em assuntos de política externa a partir de seus manifestos de campanha editados para as eleições realizadas no Pós-Guerra Fria demonstra que os partidos empregaram estratégias de posicionamento centrípetas nas

eleições de 1992, 2004 e 2008 e estratégias centrífugas nas eleições de 1996, 2000 e 2012. Também revela que o partido Democrata foi mais liberal do que o partido Republicano em todas as eleições. Essa posição foi construída a partir de diferenças de ênfases a respeito de manifestações positivas e negativas sobre as Forças Armadas e na medida em que os republicanos enfatizaram mais do que os Democratas uma visão negativa de internacionalismo. Ademais, os republicanos dispõem de uma menor ênfase na defesa do internacionalismo positivo e deram mais ênfase do que seus adversários a respeito de relações exteriores especiais negativas com outros países.

Por outro lado, devemos ponderar que as categorias de análise do Manifesto Project demonstram-se insuficientes para captar todas as clivagens ideológicas existentes na política externa americana. Como vimos, as categorias “paz”, “anti-imperialismo” e “União/Comunidade Europeia” positiva e negativa, tiveram baixa frequência de aparição e se mostraram imprecisas para explicar diferenças entre os partidos em termos de posições ideológicas. Por ser um método construído para ser capaz de comparar posições de partidos de diferentes países, o Manifesto Project deixa escapar especificidades contextuais de cada país em suas categorias de análise. Tendo isso em vista, sugerimos que estudos dos posicionamentos dos partidos estadunidenses na política externa que utilizam o método do Manifesto Project devem corrigir algumas imprecisões. A primeira delas é reconhecer o espaço de competição partidária como liberal-conservador e não como esquerda-direita. A segunda é incorporar categorias econômicas no domínio de política externa, o que pode ser feito a partir da reinterpretação de categorias existentes. Nesse sentido, seriam criadas as categorias “integração econômica bilateral ou regional (positivo)”, “integração econômica bilateral ou regional (negativo)”, “protecionismo (positivo)” e “protecionismo (negativo)”. Também sugerimos a reinterpretação do par de categorias não-econômicas referentes às relações dos Estados Unidos com outros países. Assim, entraria para o quadro as categorias “relações com outros países (conflito)” e “relações com outros países (cooperação)”. Por fim, seriam adicionadas categorias que têm interface econômica e não econômica como “imigração (positivo)”, “imigração (negativo)”, “multiculturalismo (positivo)” e “multiculturalismo (negativo)”.

Entendemos que esse quadro de categorias, somado às categorias referentes às Forças Armadas e ao Internacionalismo dariam uma visão mais precisa da posição dos partidos na escala liberal-conservador. Pesquisas futuras poderão avaliar a viabilidade da aplicação do método aprimorado do Manifesto Project para mensurar a posição dos partidos com maior precisão na política externa. Em suma, as análises aqui apresentadas contribuem com o debate de que as concepções que estruturam as distinções ideológicas na política interna também nos ajudam a distinguir diferentes perspectivas de política externa. Isto é, diferentes concepções sobre igualdade, políticas distributivas e conduta diante da mudança colocam liberais e conservadores em lados opostos em questões como livre-comércio, imigração e defesa. Além disso, esse estudo

lança novas contribuições para o debate em torno do aprimoramento do método do *Manifesto Project* e sua adaptação à contextos locais.

Referências

- ALDRICH, J. H. **Why parties?** A second look. Chicago; London: University of Chicago Press, 2011.
- BAUM, M. A.; NAU, H. R. Foreign policy worldviews and US standing in the World. ANNUAL CONVENTION OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, New Orleans, 2012. **Annual Meeting Paper...** New Orleans: APSA, 2012.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BURKE, E. **Reflections on the revolution in France.** Londres: James Dodsley; Pall Mall, 1790.
- CONFRANCESCO, D. Per un uso critico dei termini "destra" e "sinistra". **La Cultura**, n.3/4, p. 399, 1975.
- CRABB, C. V. Jr. **Bipartisan foreign policy:** myth or reality. Evanston: Row, Peterson and Company, 1957.
- DINAS, E.; GEMENIS, K. Measuring parties' ideological positions with manifesto data: a critical evaluation of the competing methods. **Party Politics**, v.16, n.4, p. 427-450, 2010.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 1999.
- EPSTEIN, L.D. **Political parties in western democracies.** New Brunswick & London, Transaction Books, 2 ed., 2000.
- GRAHAM, J.; HAIDT, J.; NOSEK, B. A. Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 96, n.5, p.1029–1046, 2009.
- GRIES, P. H. **The politics of American foreign policy:** how ideology divides liberals and conservatives over foreign affairs. Palo Alto: Stanford University Press, 2014.
- HOLSTI, O. R. Public opinion and foreign policy: challenges to the Almond-Lippmann consensus Merghon series: research programs and debates. **International Studies Quarterly**, v. 36, n. 4, p. 439-466, 1992.
- HUNTINGTON, S. P. The erosion of American national interests. **Foreign affairs**, v. 76, n. 5, p. 28-49, 1997.
- HUNTINGTON, S. P. **American national identity:** changes and challenges in the 21st Century. College Station: Texas A&M University, 10 out, 2005. (University Distinguished Lecture Series)
- KLINGEMANN, H.D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. **Mapping policy preferences II:** estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- LINDSAY, J. M. **Congress and the politics of US foreign policy.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- MANIFESTO PROJECT. **Manifesto Project Database.** Disponível em: <<https://manifesto-project.wzb.eu>>. Acesso em: 23 set. 2015.
- MEERNIK, J. Presidential support in Congress: conflict and consensus on foreign and defense policy. **The Journal of Politics**, v. 55, n. 3, p. 569-587, 1993.
- NYE, J. S. Jr. Redefining the national interest. **Foreign Affairs**, v. 78, n.4, p. 22-35, 1999.
- ORNSTEIN, N. J. Foreign policy and the 1992 election. **Foreign Affairs**, v. 71, n.3, p. 1-16,

1992.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RICE, C. Campaign 2000: Promoting the National Interest. **Foreign Affairs**. v. 79, n. 1, p. 45–62, 2000.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora UnB, 1991.

TAROUGO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TELLES, E. Os mexicanos-americanos e a nação americana: resposta ao professor Huntington. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 167-184, 2006.

WILDAVSKY, A. The two presidents. In: WILDAVSKY, A. **The presidency**. Boston: Little Brown, 1969.

Artigo recebido em: 25/3/2016

Artigo aceito para publicação em: 14/9/2016